

CAPOEIRA



Revista de Humanidades e Letras

ISSN: 2359-2354

Vol. 9 | Nº. 1 | Ano 2024

Editores

Dr. Pedro Acosta-Leyva.
Dra Juliana Barreto Farias.

Site/contato

<https://revistas.unilab.edu.br/>

Email: leyva@unilab.edu.br

Email: julianafarias@unilab.edu.br

O marfim africano na história do Índico: notas sobre fontes e acervos

Jorge Lúzio¹

Palavras-chave: Cultura material, Estado da Índia, Marfim, Redes Afro-asiáticas

Nos estudos referentes aos circuitos do marfim africano nos espaços do Índico, entre os séculos XVII e XIX, nota-se um arcabouço de fontes documentais nos arquivos e acervos para um entendimento acerca do funcionamento dos fluxos mercantis e das redes de comércio do Estado da Índia. Na dimensão da cultura material, ou seja, quanto ao marfim lavrado, observamos a sua circulação nas esculturas devocionais e demais artefatos ebúrneos no Brasil colonial, com proveniência no Oriente, enquanto evidências das circularidades culturais de contextos afro-asiáticos, centralizados na Índia portuguesa, em suas conexões com a Europa e os espaços coloniais dos reinos ibéricos, num movimento que se confunde com a própria história do expansionismo do Império português. Em seus repositórios, encontram-se registros sobre o comércio de marfim nos acervos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT, a exemplo do Guia de Fontes Portuguesas para a História da África, publicado pela Comissão Nacional para as

¹ Doutor em História Social pela PUC-SP. Professor Adjunto do Curso de História - Instituto de Humanidades e Letras, IHLM, e membro do Centro de Estudos Africana CEA / UNILAB Malês. Email: jorge.luzio@unilab.edu.br

Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Fundação Oriente. Incluem-se nestes guias os volumes da Ásia e da América Latina.

Do volume referente à África estão disponíveis fontes dos seguintes acervos: Arquivo Geral da Alfândega de Lisboa (importação); Alfândega Grande do Açúcar; Casa da Índia; Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (contabilidade): Erário Régio (Contadoria Geral da África Ocidental, do Maranhão e das comarcas do Território da Relação da Baía); Arquivo Histórico Ultramarino: Coleção de Documentos Avulsos do Conselho Ultramarino. Para a Ásia, há fontes indicadas no Arquivo Municipal de Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa – Chancelaria Régia; Marcos dos Navios e na Biblioteca da Ajuda – Arquivo de D. Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho (governador ultramarino – 1638/1702).

Em contrapartida, nas fontes documentais goesas, a historiadora Philomena Anthony² apresentou uma vasta lista de documentos investigados no Historical Archives of Goa, com dados lançados em tabela sobre cargas embarcadas em navios da Carreira da Índia no trajeto de Goa para a Bahia, nos períodos de 1740 a 1814 (Anthony, 2013). Neste sentido, a autora observou na triangulação Moçambique – Goa – Bahia o vínculo comercial desta mercadoria junto ao comércio de escravos, consolidado nas rotas mercantis do Império português. Autores como Ahmed³, Alpers⁴, Chaundury⁵, Lobato⁶, Lopes⁷, Machado⁸ e Mcpherson⁹, entre outros, em cujos estudos está claro o protagonismo dos comerciantes baneanes do Guzerat nas praças de comércio da costa oriental africana, em contextos anteriores aos portugueses na Índia, demonstraram a complexidade das interações afro-asiáticas. As articulações dessas redes se estenderam

² Cf. Antony, 2013.

³ AHMED, Afzal. Indo-portuguese trade in seventeenth century (1600-1663). New Delhi: Gian Publishing House, 1991.

⁴ ALPERS, Edward A. *Ivory and slaves in east central África: changing patterns of international trade to the latter nineteenth century*. London Heinemann: Educational Books, 1975; _____. *East Africa and the Indian Ocean*. Princeton: Markus Wiener Publishers, 2009.

⁵ CHAUNDHURY, Kirti N. *Asia before Europe: Economy and civilization of the Indian Ocean from the rise of Islam to 1750*. Cambridge Eng.: Cambridge UP, 1990.

⁶ LOBATO, Manuel. “Relações comerciais entre a Índia e a costa africana nos séculos XVI e XVII. O papel do Guzerate no comércio de Moçambique”. *Mare Liberum*. Lisboa, 9: 157-173, jul. 1995.

⁷ LOPES, Maria de Jesus dos Mártires. *Nova História da Expansão Portuguesa. O Império Oriental. (1660-1820)*. volume V – Tomo I, direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Estampa, 2006.

⁸ MACHADO, Pedro. “A forgotten corner of the Indian Ocean: Gujarati merchants, portuguese India and the Mozambique slave-trade, c .1730-1830”. *Slavery & Abolition*, 24(2):17-32, 2003.

⁹ MCPHERSON, Kenneth. *The Indian Ocean: A History of People and the Sea*. Delhi: Oxford University Press, 1993.

ao Atlântico e se conectaram à Angola e aos portos do Brasil, fomentando um cenário global.

Desse modo, as fontes manuscritas da Documentação do Projeto Resgate¹⁰, referentes à Capitania da Bahia, situam um comércio de presas associado às redes de têxteis e ao mercado de especiarias, além do citado mercado de escravos, num reflexo sobre as dinâmicas das relações intra-coloniais no século XVIII. Nas fontes estão indicados fluxos de comércio bem como demais interações com o Estado da Índia, como se vê nos seguintes documentos:

- Carta do vice-rei e capitão general do Brasil, conde de Sabugosa, Vasco Fernandes Cesar de Menezes ao rei (D. João V), informando sobre como procedeu com os 1243 dentes de marfim confiscados ao navio Rainha de Nantes. (AHU – Bahia, cx 15, doc 23. AHU_ACL_CU_005, Cx 18, D. 1580. 1723, Outubro, 22, Bahia.);

- Carta do governador geral do Brasil Pedro de Vasconcelos ao rei (D. João V) em resposta à provisão que ordena devassa para tratar do caso de roubo das fazendas da nau da Índia. (AHU – Baía, cx 7, doc 2. AHU_ACL_CU_005, Cx 7, D. 603. 1712, Maio, 2, Bahia);

- Carta do governador geral do Brasil Pedro de Vasconcelos ao rei (D. João V) em resposta à carta régia sobre a cultura da canela e da pimenta na Bahia. (AHU – Baía, cx 7, doc 7. AHU_ACL_CU_005, Cx 7, D. 606. 1712, Maio, 4, Bahia);

- Parecer do Conselho Ultramarino sobre a notícia que há da companhia que João Martins Negrão e outro estrangeiro pretendem fazer para a Costa de Bengala para trazer fazendas ao Brasil. (AHU – Baía, cx 8, doc. 97. AHU_ACL_CU_005, Cx 10, D. 846. 1716, Fevereiro, 20, Lisboa);

- Carta do (vice-rei e governador-geral do Brasil) Vasco Fernandes César de Menezes ao rei (D. João V) sobre as diligencias que se deve efetuar nas naus das Índias que chegassem a Bahia para encontrar e confiscar as fazendas que nela se achar. (AHU – Bahia, cx. 12, doc. 113. AHU_ACL_CU_005, Cx. 15, D. 1342. 1722, Agosto, 29);

- Carta do provedor-mor da Fazenda do Estado do Brasil Manuel de Azevedo Joaquim ao rei (D. João V) comunicando a chegada da nau Nossa Senhora da Conceição, proveniente da Índia, com muita gente morta e doentes do mal de Luanda. (AHU – Baía, cx 6, doc. 80. AHU_ACL_CU_005, Cx 7, D. 559, 1711, Junho, 30. Bahia);

- Carta do (vice-rei e governador-geral do Brasil) Vasco Fernandes César de Menezes ao rei (D. João V) sobre as diligencias que se deve efetuar nas naus das Índias que chegassem a Bahia para encontrar e confiscar as fazendas que nela se achar. (AHU – Bahia, cx. 12, doc. 113. AHU_ACL_CU_005, Cx. 15, D. 1342. 1722, Agosto, 29);

- Requerimento de Aleixo Paulo ao rei (D. João V) solicitando para ser provido no cargo de escrivão da nau de viagem ou de segunda nau que vai ao estado da Índia. (AHU – Baía, cx 13, doc. 54. AHU_ACL_CU_005, Cx 16, D. 1434, 1723, Fevereiro, 17).

¹⁰ CEDIC – PUC/SP

Contudo, se as redes de comércio do império colonial português intensificaram o mercantilismo no Índico e o conectaram às redes no Atlântico, os circuitos instaurados por asiáticos, africanos e europeus desde antiguidade consolidaram, no expansionismo islâmico e a partir deste, uma interação econômica entre a costa oriental africana com o Oriente Médio, o sul e o sudeste asiático. No caso do subcontinente indiano, a documentação intitulada “Ivory works in India through the ages”¹¹ apresentou um levantamento arqueológico que revelou distintas tipologias de artefatos de marfim na Índia. Foram localizadas figuras humanas (formas masculinas, formas femininas, casal), esculturas religiosas (Budha; Krishna; Vishnu; Durga; Gaja-Lakshimi; Shiva; Kali; religiosidades católicas), figuras zoomórficas, pulseiras e braceletes, pingentes e colares, pentes, selos zoomórficos, dados, entalhes de portas, utensílios, manufaturados (flechas e adagas), além de artefatos de uso desconhecido, mapeadas em diversas regiões do subcontinente. Quanto às esculturas devocionais católicas, com datação no período colonial, são decorrentes dos fluxos com destino à Europa, e penetraram nos espaços coloniais do Novo Mundo, constituindo, atualmente, os acervos museológicos e coleções de instituições públicas, obras de colecionadores e objetos inseridos no mercado de arte e de antiquários. Como cultura material, além das iconografias, destacam-se artefatos e objetos de arte colonial em marfim no Brasil, em coleções localizadas nos seguintes acervos:

- Museu de Arte-Sacra da UFBA / Salvador – BA;
- Museu Carlos Costa Pinto / Salvador – BA;
- Museu Histórico Nacional (Coleção Souza Lima) / Rio de Janeiro – RJ;
- Museu Imperial / Petrópolis – RJ;
- Museu da Inconfidência / Ouro Preto – MG;
- Museu de Arte Sacra de Ouro Preto / Ouro Preto – MG;
- Museu Arquidiocesano de Arte Sacra / Mariana – MG;
- Museu de Congonhas / Congonhas - MG;
- Museu Casa dos Inconfidentes / Ouro Preto - MG;
- Museu Boulieu / Ouro Preto - MG;
- Museu Aleijadinho / Ouro Preto - MG;
- Museu do Ouro / Sabará - MG;
- Museu do Diamante / Diamantina - MG;
- Museu da Mitra Arquidiocesana de Diamantina / Diamantina - MG;
- Museu Mineiro / Belo Horizonte - MG;
- Museu do Estado / Recife – PE;
- Museu da Arte Sacra de São Paulo / São Paulo – SP;
- Fundação Ema Klabin / São Paulo – SP;
- Museu Afro Brasil / São Paulo – SP (inclui tipologias de marfins africanos);
- Instituto de Estudos Brasileiros – IEB (Col. Mário de Andrade) USP / São Paulo – SP;

¹¹ Cf. Mitra, 1967.

- Museu de Arte Sacra de Santos (Mosteiro de São Bento) / Santos – SP;
- Museu de Arte Sacra de Belém / Belém – PA;
- Acervos eclesiásticos em Minas Gerais¹².

Nos avanços de novos estudos, além de atualizações para o mapeamento destes acervos, bem como de pesquisas complementares e novas problematizações, algumas hipóteses já podem ser consideradas, entre as quais, a probabilidade de uma produção local de manufaturados e objetos artísticos de marfim lavrado. Há, também, o seu uso em composição mista com madeira, já observado na fatura de esculturas religiosas do Brasil colonial (Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais), ou ainda entre apliques e relevos em objetos artísticos, como leques e bengalas, abundantes no Rio de Janeiro do século XIX. Através das oficinas de santeiros brasileiros no uso do entalhe de fragmentos de marfim, podemos compreender que a presença de vestígios deste material, como acessórios, mãos ou rostos de esculturas votivas, se agregava valor estético, indicava a valorização do objeto, num maior apelo comercial para o consumo das elites coloniais, a exemplo de uma escultura de N. Sra. do Bom Parto (dimensões: 54,5 X 22,0 X 14,5), com procedência da Bahia (autor desconhecido), e datação atribuída ao século XVIII, produzida em madeira nobre (cedro) e marfim, pertencente à coleção do Museu de Arte Sacra de São Paulo. Todavia, novos investimentos na preservação dos acervos, além dos estudos sobre as circulações, tipologias, e sobretudo, sobre o papel da educação patrimonial junto ao tema dos Marfins (LÚZIO, 2023), são um trabalho de percurso longo e contínuo, e que já está entre as contribuições do campo dos Estudos Afro-Asiáticos no Brasil.

Referências bibliográficas

ANTONY, Philomena Sequeira. *Relações intracoloniais Goa-Bahia: 1675-1825*. Brasília: FUNAG, 2013.

LÚZIO, Jorge. *Por uma descolonização da imagem. O marfim africano na Arte colonial do Oriente*. São Paulo: Museu de Arte Sacra de São Paulo; Editora e-Manuscrito. 2023

MITRA, A. *Ivory Works in India through the Ages (Up to the End of the 19th Century)*. Office of the Registrar General. Census of India, 1961. Volume I, Part VII-A. Craft Survey Monograph Series (5). New Delhi, 1967.

Y. FRONER, “A presença de objetos de marfim em Minas Colonial: estética, materialidade e hipóteses acerca da produção local”. In: V. S. Santos, R.GOMES, E. Paiva (eds.), *O comércio de marfim no mundo Atlântico: circulação e produção (Séculos XV ao XIX)*. Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural e Editora, 2017, pp. 223-252.

¹² Cf. Y. Froner, 2017.